ANEXO II  
CONSULTA SOBRE INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA - PESSOA JURÍDICA

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Ao Coordenador-Geral de Tributação,  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, (nome empresarial), com sede na (rua/avenida/praça/travessa) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº\_\_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, cidade/UF \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Caixa Postal Eletrônica\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por meio de seu(sua) representante legal ou procurador(a), o Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, (contrato social, ata e estatuto ou procuração em anexo), portador(a) do documento de identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, expedido pela \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, vem, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021, formular consulta sobre a interpretação da legislação tributária e aduaneira relativa a tributo administrado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). | | |
| I - DESCRIÇÃO DETALHADA DA QUESTÃO  Atenção: a consulta deverá versar sobre fato determinado e incluir a descrição detalhada de seu objeto e indicação das informações necessárias à sua elucidação. Não é suficiente indicar o fato ocorrido e o dispositivo da legislação tributária a ele aplicável. O consulente deverá expor a matéria completa e detalhadamente, examinar a questão face ao preceito legal que lhe é pertinente e evidenciar sua dúvida sobre a interpretação da legislação tributária.  II - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL  Atenção: da consulta deverão constar os dispositivos da legislação tributária e aduaneira que ensejaram sua apresentação.  III - QUESTIONAMENTOS  Atenção: neste item, o consulente deverá enumerar objetivamente os questionamentos a serem solucionadosnserir linhas adicionais, se necessárias.)  IV - REQUISITOS ESPECÍFICOS  Atenção: este item deverá ser preenchido caso a consulta verse sobre as hipóteses previstas no art. 15 da Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021:  (1) preços de transferência;  (2) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis); ou  (3) estabelecimento permanente. | | |
|  | Identificação | País de residência para fins de localização do estabelecimento permanente |
| Controlador direto |  |  |
| Controlador final |  |  |
| Parte relacionada |  |  |
| Estabelecimento permanente |  |  |
| (Inserir linhas adicionais, se necessárias.) | | |
| Por fim, o consulente declara que:  a) não se encontra sob procedimento fiscal iniciado ou instaurado para apurar fatos relacionados à matéria objeto da consulta;  b) não foi intimado a cumprir obrigação tributária principal ou acessória relativa ao fato objeto da consulta; e  c) o fato exposto na consulta não foi objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio administrativo ou judicial em que foi parte.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_ (local e data)  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome e assinatura do consulente ou de seu representante legal ou procurador) | | |